



República Federativa do Brasil

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



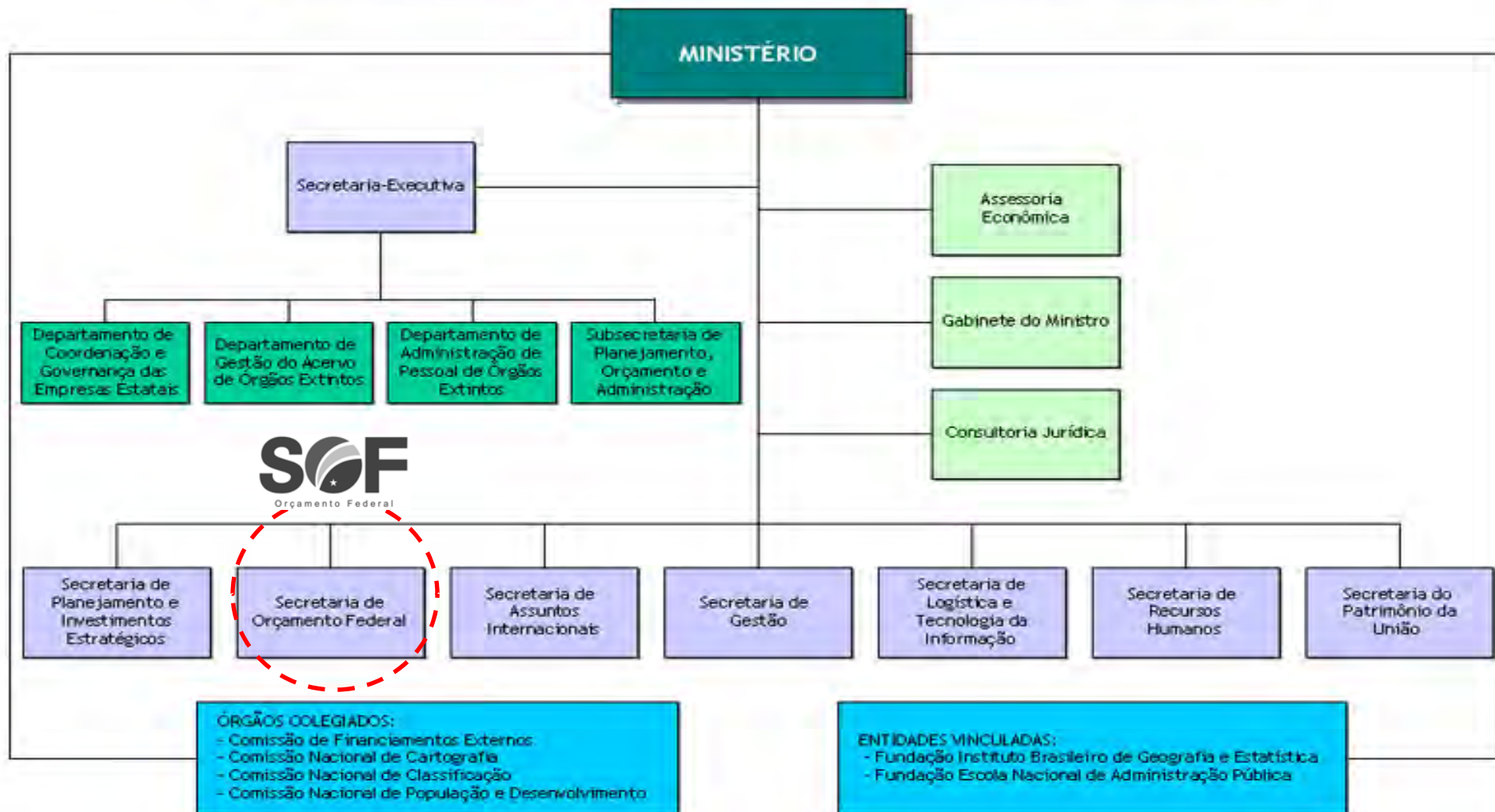
Seminário sobre a Gestão Orçamentária e Financeira dos Tribunais

Painel: Elaboração, Acompanhamento e
Avaliação Orçamentária

Abril/2010



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO






- Poder Legislativo
- Poder Judiciário
- Ministério Público da União
- Presidência da República
- Ciência e Tecnologia
- Justiça
- Relações Exteriores
- Defesa
- Pesca e Aquicultura

I – Planejamento e Orçamento

A Recente Evolução do Processo Orçamentário

- Estabilização Monetária:
Solidificação do Processo de Planejamento e Orçamento.
- A partir de 2000:
Visão Funcional  Visão Programática
- Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF:
Maior responsabilização aos gestores e maior rigor sobre os gastos públicos.

Atribuições Constitucionais

A Constituição Federal atribui ao Poder Executivo a iniciativa dos seguintes projetos de lei:

- A) Plano Plurianual;
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias; e
- C) Lei Orçamentária Anual.

A) PLANO PLURIANUAL

■ Conteúdo:

- ◆ Diretrizes, objetivos e metas regionalizados para despesas de capital e outras decorrentes e para programas de duração continuada;

■ Vigência:

- ◆ 4 anos com início no 2º ano do mandato presidencial;

A) PLANO PLURIANUAL

■ Prazos:

- ◆ até 31 de agosto, para encaminhamento ao Poder Legislativo;
- ◆ até o encerramento da sessão legislativa, para aprovação pelo Congresso.

■ Coordenação: SPI/MP

■ Sistema Informatizado: SIGPLAN

B) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

■ Conteúdo:

- ◆ metas e prioridades, para o exercício financeiro subsequente;
- ◆ orienta a elaboração do orçamento;
- ◆ dispõe sobre alteração na legislação tributária;
- ◆ estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento;
- ◆ anexos de metas e riscos fiscais (LRF).

B) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- Vigência anual
- Prazos:
 - ◆ 15 de abril: Encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo;
 - ◆ Primeiro período da sessão legislativa: Aprovação pelo Congresso Nacional.
- Coordenação: SOF

C) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- Finalidade: estima a receita e fixa a despesa para o exercício.
- Abrangência:
 - ◆ Orçamento Fiscal;
 - ◆ Orçamento da Seguridade Social;
 - ◆ Orçamento de Investimento.
- Vigência Anual

C) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

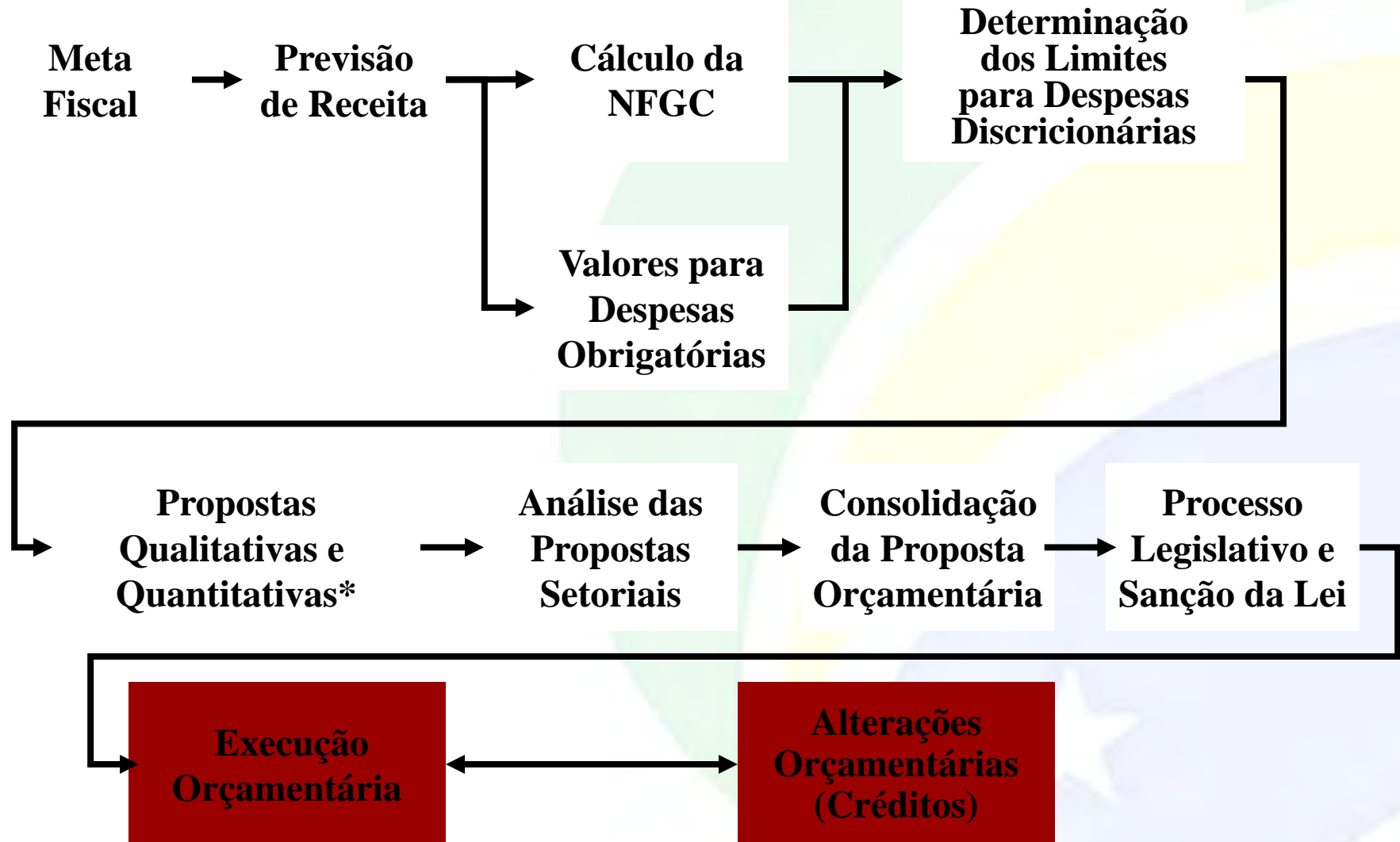
■ Prazos:

- ◆ 31 de agosto: Encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo;
- ◆ Encerramento da sessão legislativa: Aprovação pelo Congresso Nacional.

■ Coordenação: SOF

■ Sistema Informatizado: SIDOR/SIOP

Síntese das Etapas do Processo Orçamentário



II – Alterações Orçamentárias

Alterações Orçamentárias - Créditos Adicionais

- Dotações orçamentárias podem ser insuficientes ou podem surgir despesas imprevistas.

- Créditos Adicionais:
 - ◆ Suplementares: reforço de dotações contidas na LOA;
 - ◆ Especiais: sem dotação específica na LOA; e
 - ◆ Extraordinários: urgentes e imprevisíveis.

Alterações Orçamentárias

- Previstas na LDO, na LOA e em Portarias (SOF) específicas que estabelecem procedimentos e prazos para solicitações de créditos;
- Fontes de financiamento:
 - ◆ Cancelamento de dotações;
 - ◆ Superávit Financeiro;
 - ◆ Excesso de arrecadação; e
 - ◆ Reserva de Contingência.

III – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

R\$ bilhões

Itens	PLOA 2010	LOA 2010
Total das Receitas	1.738,4	1.766,0
Receitas Primárias	853,6	873,9
Receitas Financeiras	884,8	892,1
<i>Refinanciamento da Dívida</i>	<i>588,9</i>	<i>596,2</i>
<i>Emissão de Títulos</i>	<i>175,9</i>	<i>175,9</i>
<i>Operações Oficiais de Crédito</i>	<i>48,6</i>	<i>48,6</i>
<i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro</i>	<i>22,0</i>	<i>22,0</i>
<i>Demais</i>	<i>49,4</i>	<i>49,4</i>
Total das Despesas	1.738,4	1.766,0
Despesas Primárias (conceito competência)	802,4	829,7
Despesas Financeiras	936,0	936,3
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	<i>110,4</i>	<i>110,4</i>
<i>Amortização da Dívida</i>	<i>757,2</i>	<i>757,2</i>
<i>Demais Despesas Financeiras</i>	<i>68,5</i>	<i>68,8</i>

• Síntese do Orçamento da União

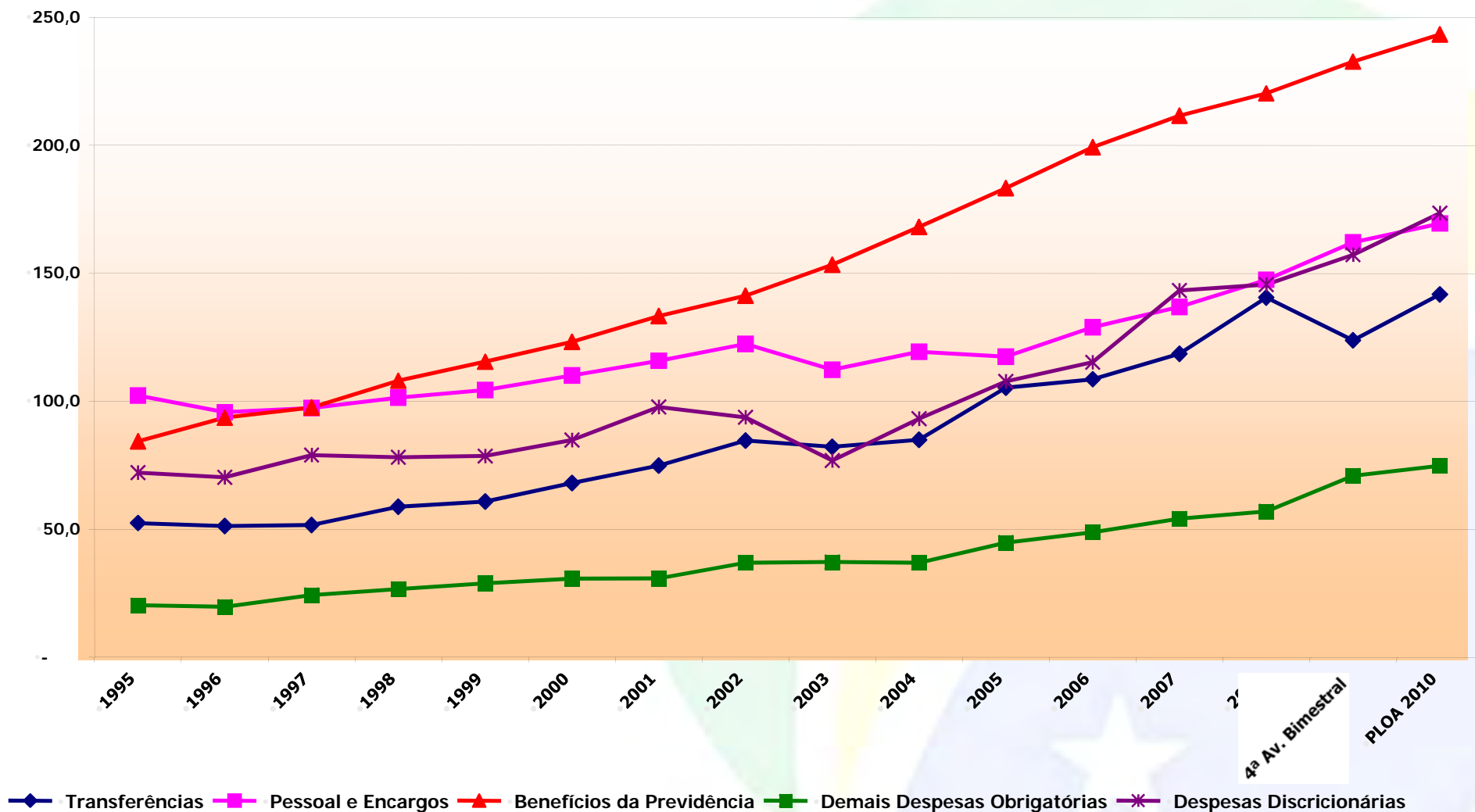
Descrição	LOA 2009		4ª Av. Bimestral 2009		PLOA 2010	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. Receita Líquida de Transferências	662,1	20,98	615,8	20,21	709,7	21,33
II. Despesas Obrigatórias	452,4	14,33	450,8	14,79	487,3	14,65
III. Meta de Resultado Primário*	52,3	1,66	14,2	0,46	49,0	1,47
IV. Despesas Discricionárias (I - II - III)	157,4	4,99	150,9	4,95	173,4	5,21
IV.1. Poder Executivo	151,1	4,79	144,3	4,74	166,1	4,99
IV.2. Demais Poderes	6,3	0,20	6,5	0,21	7,3	0,22

* Considera o abatimento do PPI/PAC: LOA 2009 = 0,49% do PIB (R\$ 15,6 bilhões);

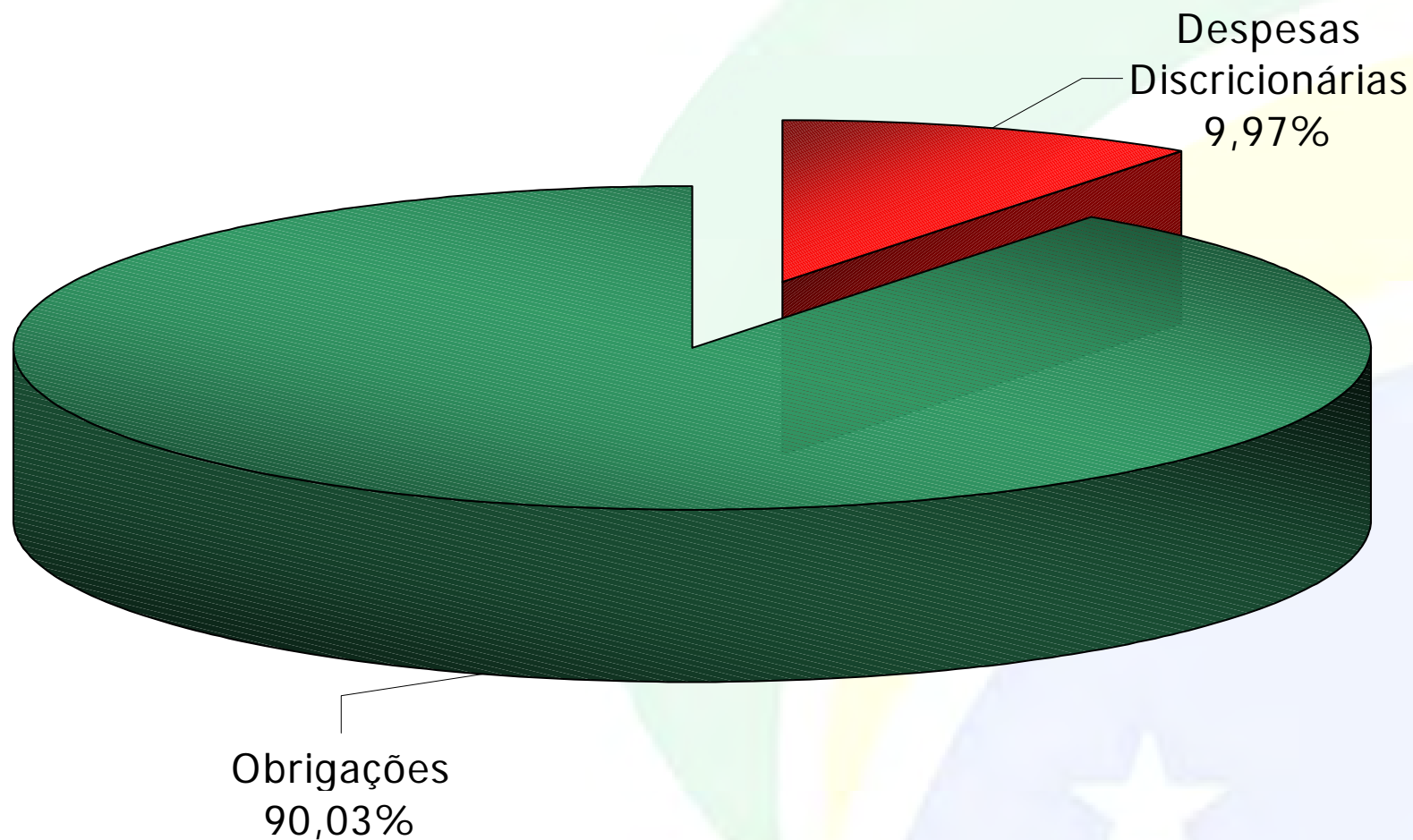
• 4ª avaliação 2009 = 0,94% do PIB (R\$ 28,5 bilhões); 2010 = 0,68% do PIB (R\$ 22,5 bilhões)

• Evolução das Despesas Primárias da União

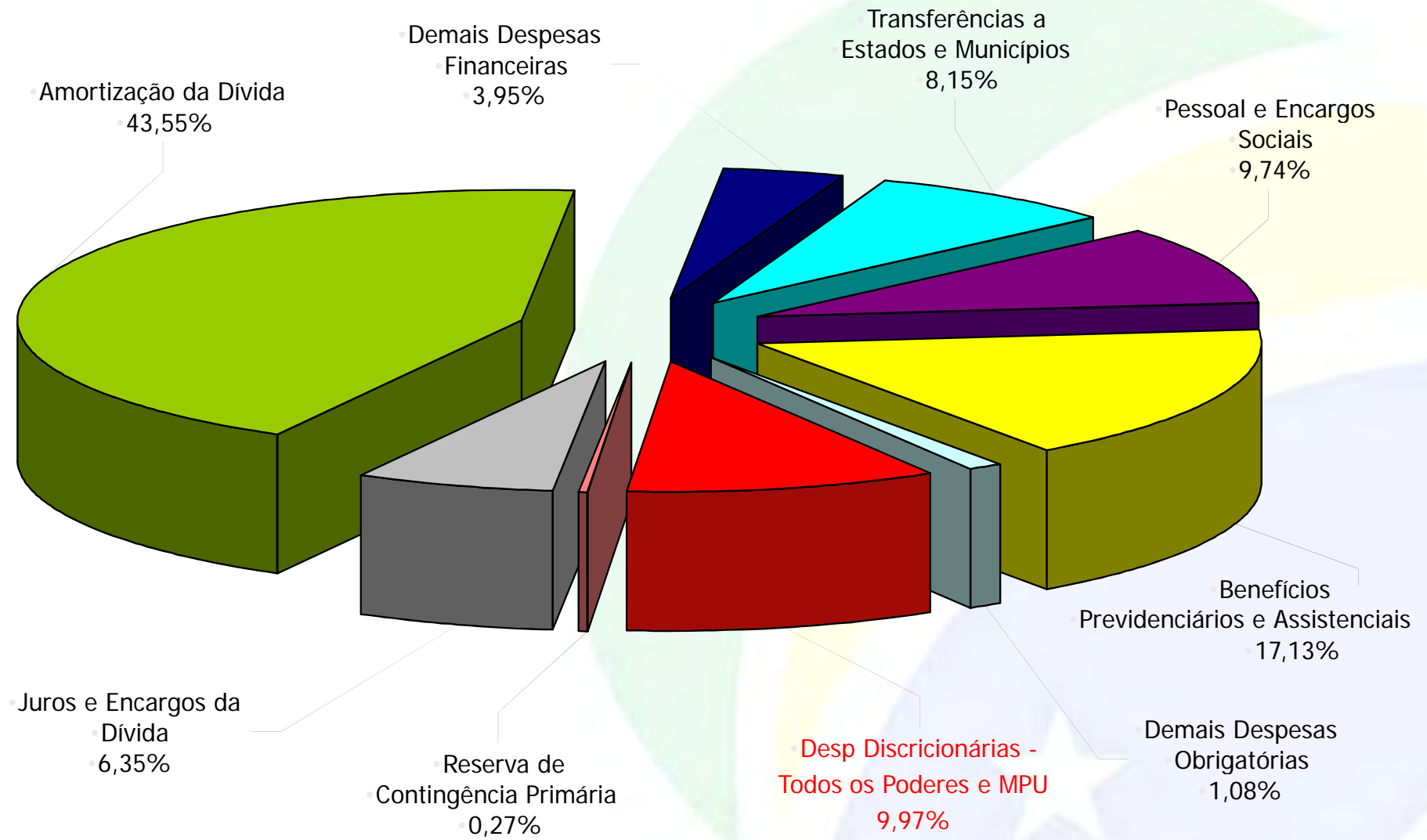
• R\$ bilhões constantes de 2010 (IPCA)



Visão Geral do Orçamento da União 2010



Visão Geral do Orçamento da União 2010



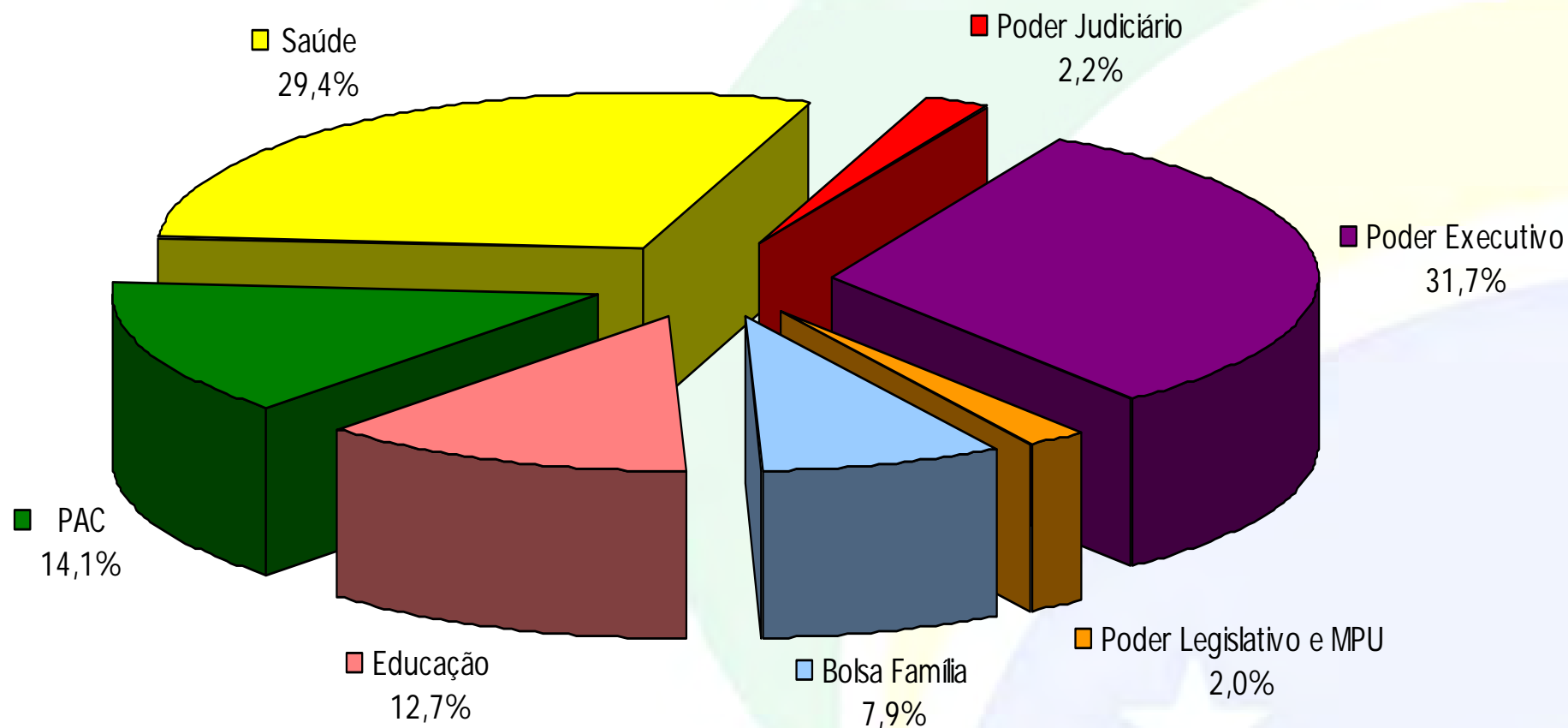
Despesas Discrecionárias da União

Item	Empenhado			Disponível 2009	PLOA 2010
	2006	2007	2008		
Executivo*	86.995,8	112.371,0	120.607,1	138.803,7	166.116,4
Demais Poderes	4.804,2	5.260,5	5.810,3	6.375,7	7.274,3
Total	91.800,0	117.631,5	126.417,4	145.179,4	173.390,6

* Exclui execução de Emendas e recursos de convênios.

Visão Geral Orçamento da União 2010

Despesas Discricionárias



IV – Orçamento do Poder Judiciário

Evolução do Orçamento do Poder Judiciário Despesas Discricionárias* (IPCA)

R\$ milhões

	PL	LOA	Lei + Créditos	Empenhado
2002	2.021	2.079	2.433	2.142
2003	1.658	1.782	1.935	1.608
2004	2.252	2.382	2.717	2.574
2005	2.795	2.797	2.799	2.555
2006	3.017	2.976	3.051	2.867
2007	2.947	3.123	3.087	2.858
2008	3.530	3.276	3.320	3.182
2009	3.036	3.041	3.333	3.185
2010	3.847	4.100	4.112	

* Exceto Benefícios e Fontes Doação (94, 95 e 96)
Inclui Fonte Convênio (81) e ação "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes"

Evolução do Orçamento do Poder Judiciário

Despesas com Benefícios* (IPCA)

R\$ milhões

	PL	LOA	Lei + Créditos	Empenhado
2002	691	688	682	671
2003	678	678	704	684
2004	730	724	737	726
2005	805	801	831	808
2006	944	911	972	957
2007	978	978	997	979
2008	1.077	1.077	1.056	1.037
2009	1.011	1.011	1.090	1.083
2010	1.074	1.074	1.074	

* Ações 2004 - Assistência Médica e Odontológica, 2010 - Assistência Pré-Escolar, 2011 - Auxílio Transporte e 2012 - Auxílio Alimentação

Evolução do Orçamento do Poder Judiciário Despesas com Pessoal* (IPCA)

R\$ milhões

	PL	LOA	Lei + Créditos	Empenhado
2002	12.171	11.828	14.302	14.285
2003	12.921	13.054	13.166	13.142
2004	13.425	13.425	14.449	14.444
2005	14.449	14.449	15.399	13.637
2006	16.366	16.366	17.468	17.440
2007	18.822	18.822	19.052	18.895
2008	20.920	20.463	20.725	20.646
2009	21.661	21.661	21.714	21.561
2010	21.136	21.163	21.157	

* Exceto Sentenças Judiciais (Programa 0901)

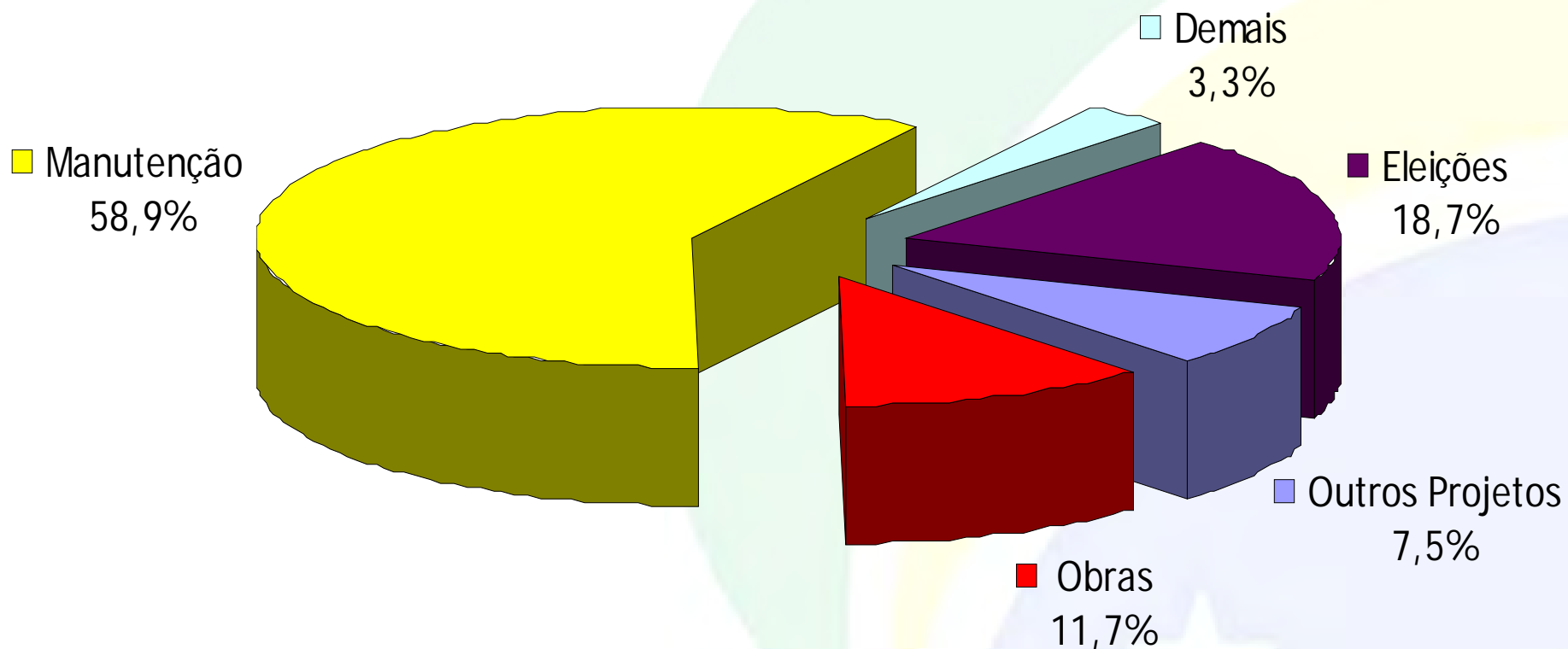
Evolução do Orçamento do Poder Judiciário

Despesas Discricionárias + Benefícios + Pessoal (IPCA)

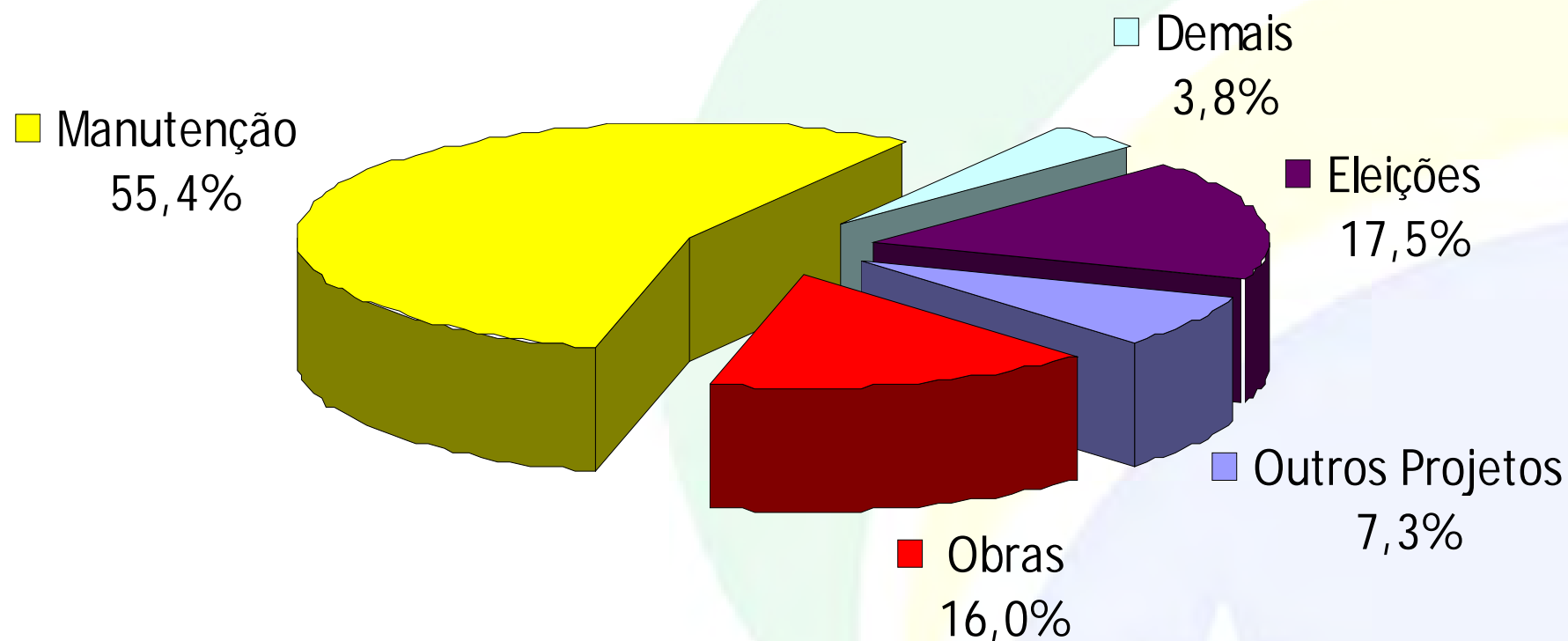
R\$ milhões

	PL	LOA	Lei + Créditos	Empenhado
2002	14.883	14.595	17.418	17.098
2003	15.256	15.514	15.805	15.434
2004	16.407	16.531	17.903	17.744
2005	18.050	18.048	19.029	17.000
2006	20.327	20.253	21.491	21.264
2007	22.746	22.923	23.137	22.731
2008	25.527	24.816	25.101	24.865
2009	25.708	25.713	26.138	25.829
2010	26.056	26.337	26.343	

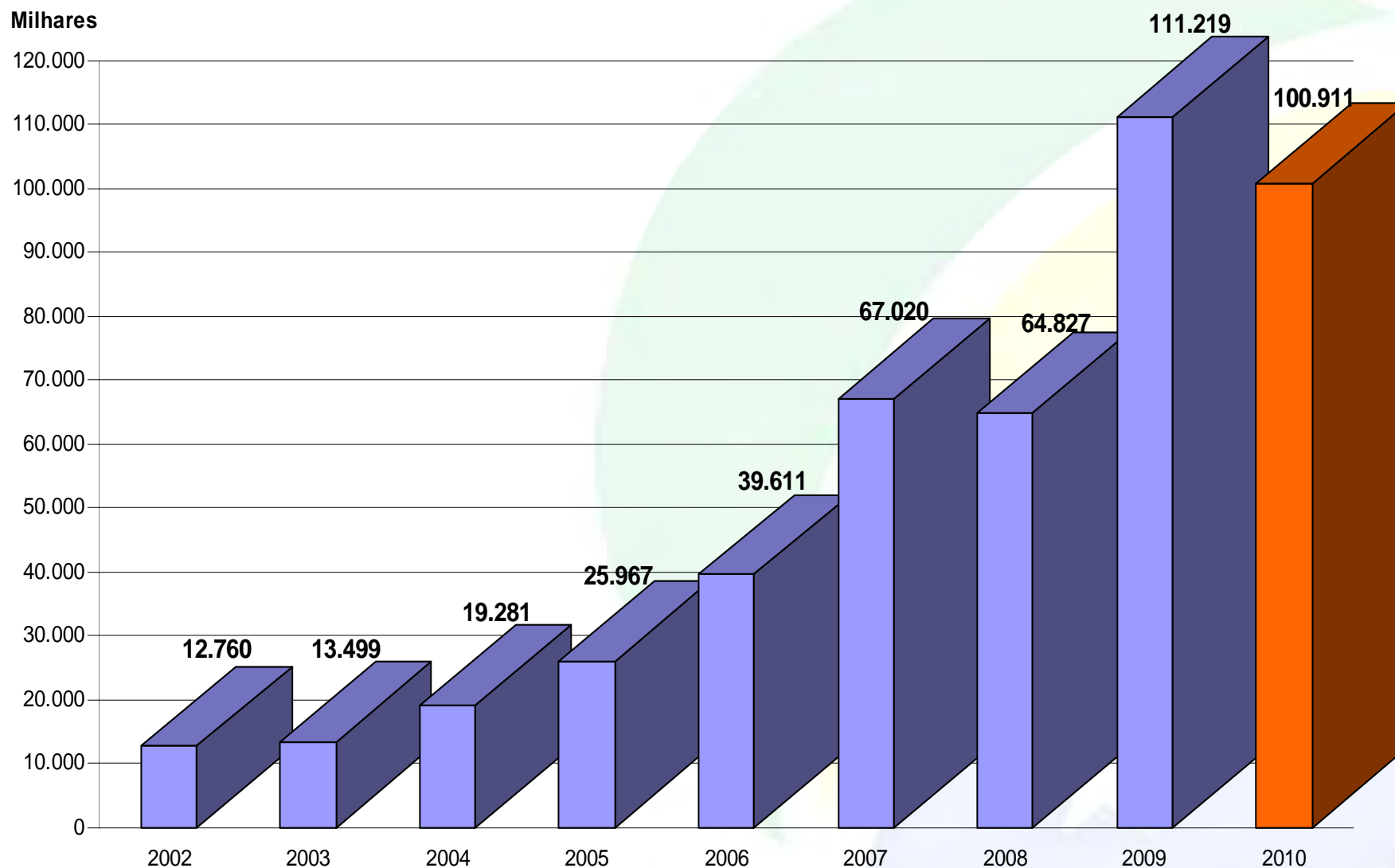
Despesas Discricionárias do Poder Judiciário PLOA 2010



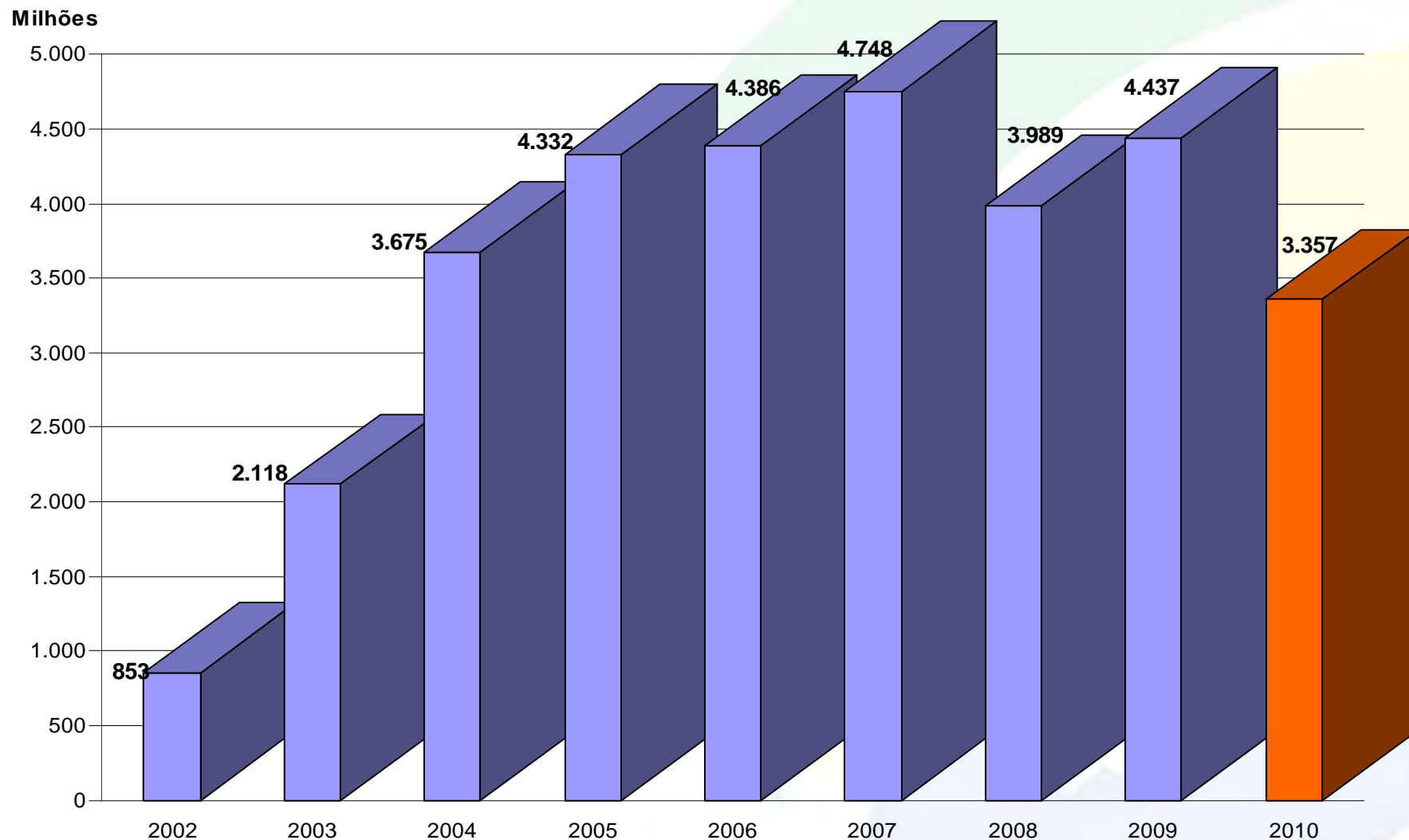
Despesas Discricionárias do Poder Judiciário LOA 2010



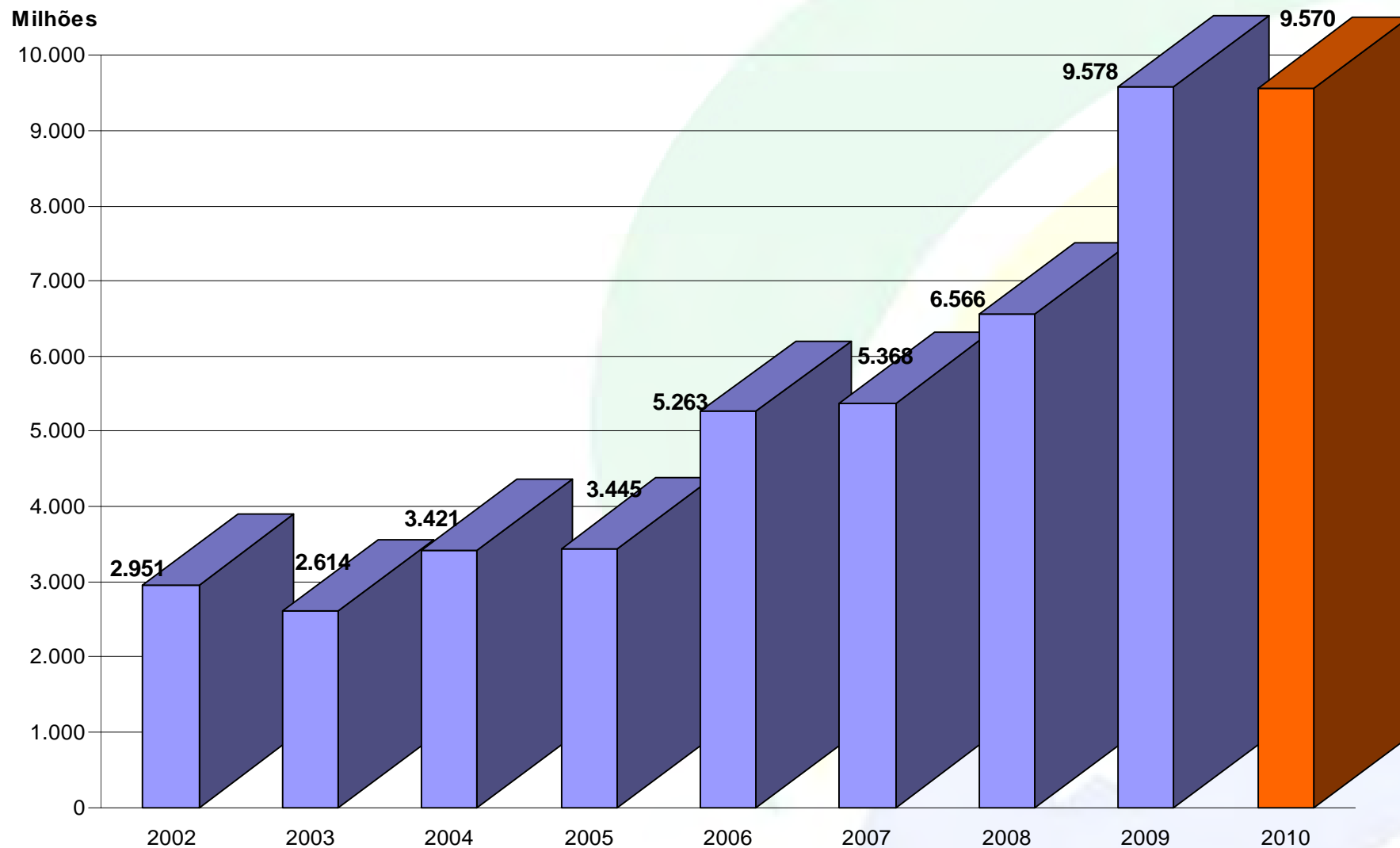
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (IPCA)



Sentenças Judiciais Federais de Pequeno Valor (IPCA)



Precatórios Federais (IPCA)



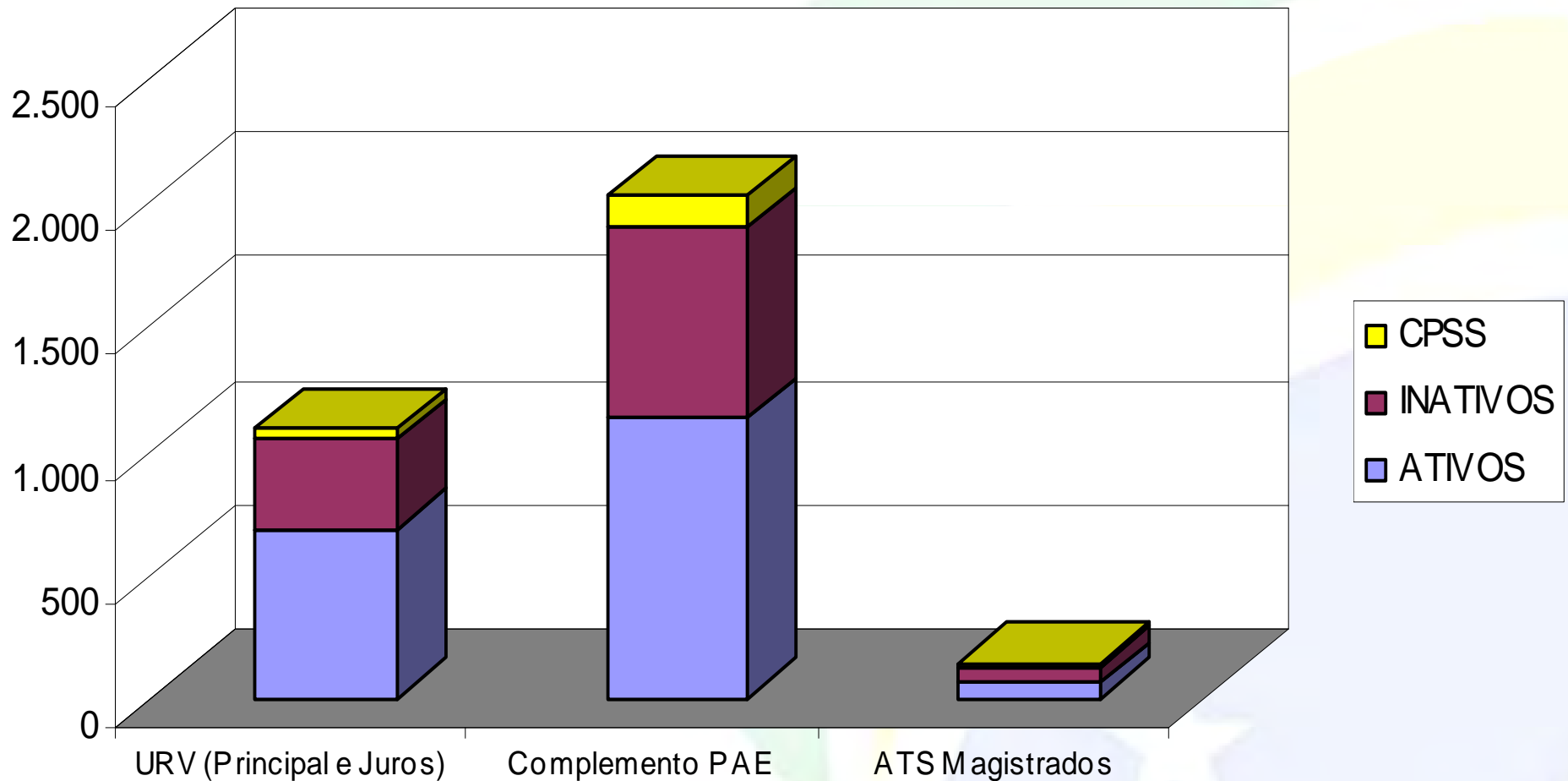
Pagamento de Passivos 2010 - 2013

R\$ Milhões

PODER JUDICIÁRIO	ATIVOS	INATIVOS	SUBTOTAL PRIMÁRIA	CPSS	TOTAL
TOTAL	1.876,83	1.189,74	3.066,57	181,14	3.247,71
URV (Principal e Juros)	680,45	358,68	1.039,13	44,75	1.083,88
Complemento PAE	1.132,03	768,85	1.900,88	120,99	2.021,87
ATS Magistrados	64,35	62,21	126,56	15,40	141,96

Pagamento de Passivos 2010 - 2013

R\$ Milhões



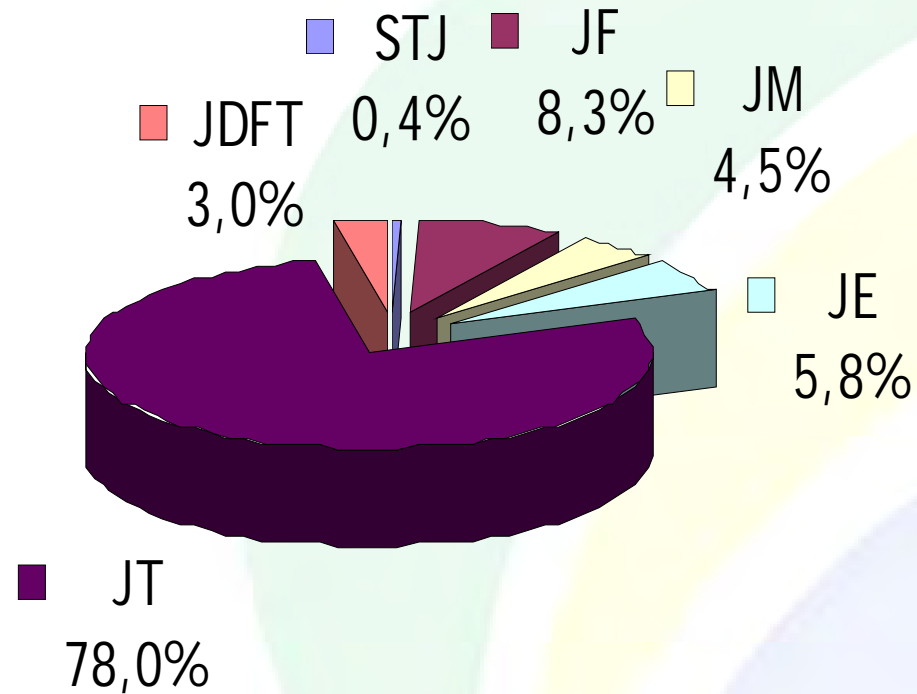
Pagamento de Passivos em 2010

Dívida da União para com os Servidores e Magistrados do Poder Judiciário

R\$ Milhões

Órgão	Ativos	Inativos	Subtotal	CPSS	Total
STJ	1,55	1,65	3,20	0,34	3,54
JF	41,31	17,72	59,04	9,09	68,13
JM	12,08	21,98	34,05	2,66	36,71
JE	23,75	18,26	42,00	5,22	47,23
JT	357,13	202,63	559,76	77,47	637,23
JDFT	9,84	12,11	21,95	2,16	24,12
TOTAL	445,66	274,34	720,00	96,95	816,95

Pagamento de Passivos em 2010



V – Limitação de Empenho e de Movimentação Orçamentária e Financeira

Art. 9º da LRF

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

DESEMPENHO DAS RECEITAS E DESPESAS

	R\$ milhões
Discriminação	Variações em relação à Lei Orçamentária 2010
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	(23.016,5)
2. Transferências a Estados e Municípios	(5.243,5)
3. Receita Líquida (1 - 2)	(17.773,0)
4. Despesas Obrigatórias, exceto Benefícios Previdenciários	1.420,4
5. Créditos Adicionais dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	13,0
6. Déficit do RGPS	3.968,6
7. Meta de Resultado Primário	(1.369,3)
8. Limitação de Despesas Discricionárias (3 - 4 - 5 - 6 - 7)	(21.805,8)

Fonte/Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP.

DEMONSTRATIVO DA BASE CONTINGENCIÁVEL
(Art. 70, §§ 1º e 2º da LDO-2010)

DESCRIÇÃO	R\$ 1,00 VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.766.021.794.352
B. Total de Despesas Financeiras	936.346.814.407
C. Total de Despesas Primárias (A - B)	829.674.979.945
D. Despesas Obrigatórias integrantes da Seção I do Anexo V da LDO-2009	700.111.412.514
E. Demais Despesas Ressalvadas de Limitação de Empenho (Seção II do Anexo V da LDO-2009) ⁽¹⁾	9.393.852.229
F. Atividades dos demais Poderes e MPU - Posição PLOA - 2010 ⁽²⁾	3.789.395.707
G. Despesas Primárias Discricionárias relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento	29.800.000.000
H. Doações e Convênios	767.171.907
I. Base Contingenciável (C - D - E - F - G - H)	85.813.147.588

(1) Exceto doações e convênios, que estão considerados no item "H".

(2) Exceto doações e convênios, que estão considerados no item "H", e "Realização das Eleições 2010", cujas ações estão consideradas no item "E".

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

LIMITAÇÃO PREVISTA

R\$ 1,00

Poderes	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	84.451.328.736	98,41	-21.459.766.011
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.361.818.852	1,59	-346.049.190
Câmara dos Deputados	211.063.082	0,25	-53.632.837
Senado Federal	5.413.144	0,01	-1.375.524
Tribunal de Contas da União	48.736.836	0,06	-12.384.424
Supremo Tribunal Federal	55.144.292	0,06	-14.012.611
Superior Tribunal de Justiça	30.001.308	0,03	-7.623.575
Justiça Federal	353.725.755	0,41	-89.884.577
Justiça Militar da União	5.080.890	0,01	-1.291.095
Justiça Eleitoral	222.447.762	0,26	-56.525.776
Justiça do Trabalho	148.080.865	0,17	-37.628.546
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	32.475.985	0,04	-8.252.411
Conselho Nacional de Justiça	123.241.712	0,14	-31.316.716
Ministério Público da União	119.529.339	0,14	-30.373.372
Conselho Nacional do Ministério Público	6.877.882	0,01	-1.747.725
Total	85.813.147.588	100,00	-21.805.815.201



República Federativa do Brasil

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



Secretaria de Orçamento Federal - SOF
Departamento de Programas Especiais - DEPES

FELIPE DARUICH NETO

Diretor

felipe.neto@planejamento.gov.br

(61) 2020-2271

